



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0013402-31.2021.6.05.8000  
**INTERESSADO** : SEÇÃO DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO  
**ASSUNTO** : Análise de regularidade da licitação

**PARECER nº 66 / 2021 - PRE/DG/ASSED**

Trata-se de realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para REGISTRO DE PREÇOS, visando a eventual aquisição de carrinhos diversos, conforme especificações e condições estabelecidas em edital (doc. n.º 1747036).

O atendimento das condições legais inerentes à fase interna do aludido procedimento foram registradas na decisão que autorizou a abertura do certame (doc. n.º 1741413).

No documento n.º 1745199 consta designação de Pregoeiro e equipe de apoio nomeados por meio da Portaria 45/2020 (doc. n.º 1747055).

Publicado o edital em meio eletrônico e no DOU (docs. n.ºs 1747058 e 1747061), houve necessidade de reagendamento da sessão, por motivos técnicos, tendo sido realizada nova publicação no Comprasnet (doc. n.º 1761244). Inexistindo pedidos de esclarecimento ou impugnações, foi aberta a sessão na nova data prevista.

Após análise preliminar das propostas comerciais apresentadas, deu-se início à fase competitiva, ofertando-se aos participantes a possibilidade de fornecimento de lances sucessivos para, sequencialmente, verificar a conformidade dos produtos ofertados.

Observa-se que houve negociação para reduzir os preços ofertados.

Iniciada a fase de Habilitação das licitantes, conforme documentação anexada aos autos, sagraram-se vencedoras as empresas relacionadas no Relatório Resultado por Fornecedor (doc. n.º 1767272).

Ainda com relação à aludida fase, verifica-se que a empresa GUSA COMERCIO, REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA, foi corretamente inabilitada, uma vez que deixou de apresentar a *Certidão de Falência e Concordata*, conforme previsto na condição 11.1.6 do edital, não tendo o Pregoeiro logrado êxito na tentativa de emissão do documento através de pesquisa pela Internet. Em consequência disso, foi iniciado o procedimento de apuração de responsabilidade da licitante, por meio do processo eletrônico 0018240-17.2021.6.05.8000, com esteio na condição 18.1 do instrumento convocatório.

Registre-se, ainda, que as certidões obtidas junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas relacionadas à sócia administradora da empresa GERBRA COMERCIO EIRELI, foram acostada por meio do documento n.º 1770720.

Aberto o prazo para registro de intenção de recurso, não houve manifestação das licitantes.

No mais, uma vez observada a regularidade do procedimento licitatório, sugere-se a homologação do Pregão, devendo a Administração, em ato contínuo, proceder à convocação das empresas vencedoras para assinatura das Atas de Registro de Preços, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/2002, arts. 45 e 48 do Decreto n.º 10.024/2019 e art. 13 do Decreto n.º 7.892/2013, bem como de acordo com o Relatório Resultado por Fornecedor, Termo de Adjudicação, Ata de Realização do Pregão Eletrônico e Relatório Final do Pregão (docs. n.ºs 1767272, 1767278, 1767255 e 1768777).

Importante registrar que, quando das efetivas contratações, caso ocorram, deverá ser encaminhado o processo à SOF, para informação relativa à disponibilidade orçamentária.

Frise-se que as futuras contratadas deverão manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos.

À consideração superior.

**Maria Regina Ribeiro Santana**

Analista Judiciário/ASSESD

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

**Ronildo Dantas**

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Ribeiro Santana, Analista Judiciário**, em 13/11/2021, às 12:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 16/11/2021, às 12:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1770722** e o código CRC **37B882A2**.